

O MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE SOB VIGILÂNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1964-85).

PARANÁ STUDENT MOVEMENT UNDER THE SURVAILLANCE OF THE NATIONAL INFORMATION SERVICE

José Wilson Assis Neves Júnior¹

Resumo: O seguinte artigo ambicionou analisar o embate político-ideológico estabelecido entre o Movimento Estudantil (ME) paranaense e os agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985). Foram selecionados, de forma intencional, seis dossiês investigativos do arquivo inédito de documentos do SNI-PR, disponíveis para consulta no NDPH-UEL. As fontes documentais foram abordadas a partir da perspectiva *lukácsiana* de análise ontológica da ideologia, a qual reconhece as ideologias como *pôr teleológicos* que são condicionados e limitados pela realidade concreta e visam interferir diretamente no antagonismo de classes. Identificou-se o desencadeamento de ações persecutórias, por parte dos agentes de informação, que almejavam a desarticulação do ME com seus pares e demais movimentos que compunham a realidade social, tendo por intuito garantir a reprodução do modelo político autocrático burguês que caracteriza a *via prussiano-colonial* de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Atitudes e ideologias políticas; Serviço Nacional de Informações; Movimento Estudantil paranaense; Ditadura militar brasileira.

Abstract: The following paper aimed to analyze the political-ideologic clash between Paraná Student Movement (ME) and the agents of National Information Service (SNI) during the period of Brazilian military dictatorship (1964-1985). Were intentionally selected six investigative files from the unpublished documents archive from SNI-PR, available for public consultation at NDPH-UEL. The documental sources were approached by the *lukácsian's* perspective of ontological analyzes of ideology, which recognizes ideologies as teleological projection that are conditioned and limited by concrete reality and aim to directly interferes in class antagonism. Were identified the persecuting actions, of the information agents, that objectified the disarticulation of ME with their pairs and other movements that composed the period social reality, intending to ensure the reproduction of bourgeois political-autocratic model that characterizes colonial-prussian way of capitalism development.

Key-words: Political attitudes and ideologies; National Information Service; Paraná Student Movement; Brazilian military dictatorship.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília-SP. Possui mestrado e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é tutor da Universidade Norte do Paraná. E-mail: nevesjr1991@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho incumbiu-se de analisar as configurações dos embates ideológicos que se consolidaram no Paraná, durante o período de vigência da ditadura militar brasileira (1964-85). Considerando a amplitude do tema, optou-se pelo enfoque nas relações estabelecidas entre o Movimento Estudantil paranaense e a comunidade de informações, atentando, principalmente, aos elementos filosófico-ideológicos que fundamentaram a lógica persecutória dos agentes da repressão.

Visando proporcionar dados qualitativos que fomentem novas pesquisas sobre a temática, foram selecionados como fontes os dossiês investigativos provenientes do arquivo inédito de documentos do Serviço Nacional de Informações dos Estados do Paraná e Santa Catarina.² Por meio da análise documental primária das sete mil pastas de documentos presentes no arquivo, optamos pela utilização de seis (06) pastas – que foram intencionalmente selecionadas, de acordo com sua pertinência ao recorte abordado: Movimento Estudantil de Curitiba e Londrina.

Conforme apresenta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2016) o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado em 13 de junho de 1964, tendo por atribuições o recolhimento e produção de informações que auxiliassem o combate aos *vírus psicossociais* (ideologia, tóxicos e pornografia), supostamente difundidos no Brasil por organizações de esquerda infiltradas em setores estratégicos.³

É necessário enfatizar que os agentes que compuseram a comunidade de informações passavam por um processo específico de formação, que os classificava como um corpo de especialistas e os subordinava à uma lógica hierárquica de distribuição das funções exercidas (FICO, 2001). Lagôa (1983) indica a presença de uma tônica diretiva de consolidação do consenso social, fundada nos princípios doutrinários da Escola Superior de Guerra (ESG), na atuação destes agentes.

A análise da ideologia pautou-se na perspectiva teórico-metodológica de Lukács (2010; 2013), segundo o qual a ideologia deve ser reconhecida enquanto um produto das condições materiais da vida social, sendo tanto limitada quanto condicionada pela relação sócio metabólica do homem com a natureza, e que, ao mesmo tempo, visa interferir diretamente no antagonismo de classes da conjuntura social concreta. Portanto, a compreensão ontológica da ideologia enquanto *pôr teleológico secundário*,

² O arquivo, recolhido pelo pesquisador Grimaldo Carneiro Zachariades (FGV) durante o desenvolvimento de sua Tese de Doutorado, foi doado para o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL), onde está disponível para pesquisa pública. O arquivo contém documentos dos dois estados (PR e SC) em decorrência de ambos terem ficado submetidos à 5ª Divisão de Infantaria (Curitiba/PR).

³ Vale ressaltar que o órgão de inteligência (SNI) foi idealizado, e articulado, pelo intelectual militar Golbery do Couto e Silva, o que implicou na convergência entre as diretrizes de atuação da comunidade de informações e os princípios da doutrina golberyana de segurança nacional.

implica reconhecer sua potencialidade de apresentar como cerne propositivo a manutenção ou o rompimento com a ordem social vigente (VAISMAN, 2010).

Assim, o trabalho se dividiu em dois enfoques analíticos, o primeiro identificou e problematizou algumas das ações persecutórias desencadeadas pela comunidade de informações no processo de repressão ao Movimento Estudantil paranaense, o segundo preocupou-se em analisar o modo como essa ideologia persecutória de segurança nacional se relacionou com as configurações político-econômicas que caracterizam a particularidade da *via prussiano-colonial* de desenvolvimento brasileira (MAZZEO, 1999) e o estágio específico de desenvolvimento do *complexo de complexos* capitalista (MESZÁROS, 2014).

O ME PARANAENSE SOB VIGILÂNCIA DA DITADURA MILITAR

É pertinente apresentar um breve panorama sobre as distinções das configurações político-ideológicas que permearam, e se desenvolveram, nas Universidades paranaenses que serão abordadas em maior amplitude neste artigo, sendo elas a instituição curitibana, Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a londrinense, Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL).

Conforme apresentam Braggio e Fiuzza (2012), já nos primeiros meses que sucederam o Golpe militar de 1964, diferentes setores diretivos da UFPR se destacaram pela abdicação de sua autonomia universitária, expressando conivência e suporte aos ditames da doutrina de Segurança Nacional. Foram antecipadas medidas punitivas internas para discentes que respondiam aos Inquéritos da Polícia Militar (IPMs)⁴ e criou-se uma norma que proibia a indicação de professores citados em IPMs para paraninfos ou oradores de turmas. Assim, identifica-se na UFPR um território hostil para mobilizações de esquerda que acompanha a linha de repressão da ditadura militar desde a concretização do regime.⁵

O que não implicou, necessariamente, na completa extinção das organizações da esquerda estudantil no decorrer do período ditatorial militar, isto pode ser evidenciado, por exemplo, com as investigações, realizadas pela comunidade de informações paranaense, sobre as eleições para a gestão 1978-79 dos Diretórios Acadêmicos (DA) da UFPR.

Assim, o relator da investigação afirmou que os resultados obtidos configuravam “mais uma derrota do ME/UFPR”, ao passo em que, dentre os DAs

⁴ Foi o caso de Luiz Felipe Miranda de Souza Ribeiro, aluno do quinto ano do curso de Direito da UFPR, condenado, por inquérito interno, a 3 anos de suspensão. O IPM levantado contra Luiz Felipe era relativo ao ativismo desempenhado no período que antecedeu o golpe de 1964.

⁵ Reforçando que o ambiente hostil da UFPR era, ainda, ampliado pelo fato de Curitiba sediar a 5ª DI.

eleitos, somente o Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná (DARPP) obteve vitória de grupos subversivos,⁶ e que, portanto, “todo o esforço agitacional do ME/UFPR será concentrado no DARPP” (*Serviço Nacional de Informações*, Grupos e tendências ideológicas do Movimento Estudantil, 05 de dezembro de 1978, ACT/ACE-003-78, lauda 07).

O que se evidenciou, contudo, no decorrer do ano de 1979, foi a adesão de outros DAs na defesa de pautas da esquerda brasileira, principalmente no que tange a luta pela anistia política. Neste sentido, a investigação realizada no início de 1979, a respeito da fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/Curitiba), indicaram a participação ativa de diversos DAs da UFPR,⁷ incluindo a concessão de espaço físico e disponibilização das gráficas para impressão de panfletos (*Serviço Nacional de Informações*, Ligações do CBA/Curitiba com estudantes e Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, 08 de maio de 1979, ACT/ACE-102-79, 05 laudas).

Acrescenta-se ao fenômeno, de ampliação do apoio do ME/UFPR à movimentos de esquerda, as eleições para o Diretório Central de Estudantes (DCE/UFPR) ocorridas em maio de 1979, nas quais saiu vitoriosa a chapa “Viravolta” – que estava engajada em mobilizações para crítica do projeto educacional militar, do sistema e das relações políticas instituídas pela ditadura militar, e em prol da redemocratização e do fim do aparato repressivo coercitivo (*Serviço Nacional de Informações*, ME – Eleições para o DCE da UFPR, 15 de maio de 1979, ACT/ACE-111-79, 07 laudas).

Em contrapartida, conforme apresenta o Relatório da Comissão da Verdade do Paraná (2014), a Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), desde sua criação em 1970 até o ano de 1974, conseguiu se consolidar como um espaço de refúgio para intelectuais da esquerda brasileira, sob liderança do reitor Ascêncio Garcia Lopes. Este dado é de considerável relevância, tendo em vista a conjuntura repressiva que marcou o início da década de 1970.

No que tange ao Movimento Estudantil, conforme apresenta Müller (2014), apesar da União Nacional dos Estudantes (UNE) ter sido declarada ilegal após o golpe de 1964, seus membros conseguiram manter articulações clandestinas até o ano de 1970, quando um violento processo de repressão desarticulou a diretoria da organização estudantil, que só pôde se rearticular com a proposta de reabertura política do governo Geisel (1974-1979).

⁶ Segundo o agente de informações responsável pelo relatório a chapa “Dia Virá” (eleita pelo DARPP/UFPR), era representada por membros do grupo “Galo de Briga”, indicado pelas investigações anteriores como vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁷ Entre os DAs indicados pela investigação estavam: o DARPP/UFPR; o Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde (DACISA/UFPR); e o Diretório Acadêmico Anísio Teixeira (DAAT/UFPR) – que representava o Setor de Educação.

Contudo, no ano de 1974, o então Ministro da Educação, Ney Braga substituiu a reitoria da FUEL, colocando seu genro, Oscar Alves, no lugar de Ascêncio Lopes e implementando a Assessoria de Segurança e Informação (ASI/FUEL) na Universidade.⁸ Destaca-se, pois, que a gênese da FUEL estava diretamente ligada à perspectiva de resistência ao regime ditatorial, perpassando um processo de repressão tardio, quando comparado à UFPR.

Assim, torna-se interessante atentar-se ao fato de que a proposta de abertura política e a possibilidade de rearticulação da UNE foi acompanhada do recrudescimento das normas e do aparato repressivo-coercitivo da FUEL, evidenciando um processo tardio de consolidação das perseguições sistemáticas na conjuntura londrinense.

Desta forma, analisando novamente as eleições 1978/79 para chapas estudantis, a investigação do caso da FUEL demonstrou especial preocupação com o grupo “Poeira”. De acordo com o relatório “Grupos e tendências ideológicas do Movimento Estudantil” o Poeira centrou as atividades do ME Londrina/PR em elementos político-ideológicos de esquerda, que integravam a pauta de luta do PCdoB – atitude que culminou na intervenção da Reitoria para extinção do DCE/FUEL, fato ocorrido em 28 de novembro de 1978.

A pasta de documentos referente às eleições de 1978, conta com diversos relatórios investigativos que indicam uma infiltração de agentes de espionagem nos grupos estudantis entre os meses de agosto a dezembro de 1978, expondo uma preocupação exacerbada da comunidade de informações paranaense com o ME/Londrina, que sofreu espionagem em diversos níveis, tais como: reuniões abertas na própria Universidade; encontros recreativos na cachoeira do Rio Apucarantina; e levantamento de nomes dos sujeitos que frequentavam um apartamento residencial da cidade.

O relator indica, ainda, o estabelecimento de uma relação política simbiótica entre o grupo Poeira e os políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em especial na campanha de Álvaro Fernandes Dias para a Câmara Federal,⁹ na qual cada uma das partes se incumbiu de disponibilizar apoio político à outra nas suas respectivas eleições em 1978.

As investigações da participação do DCE/FUEL com a campanha de Álvaro Dias, permitiram identificar a ampla rede de contatos destes estudantes com outros setores da sociedade civil (Comitê Londrinense pela Anistia, Folha de Londrina,

⁸ Necessário se faz ressaltar que, conforme apontado pelo próprio Relatório da Comissão Estadual da Verdade (2014), os documentos provenientes da ASI/FUEL não foram disponibilizados para pesquisas.

⁹ No que tange ao caso curitibano de promoção de candidatos do MDB para as eleições de 1978, indicou-se o vínculo do DARPP/UFPR com Esacheu Cipriano (candidato à Deputado Estadual).

Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina, entre outros) e da comunidade universitária nacional (Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica, Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Superiores de Londrina, entre outros).

Isto possibilita problematizar uma outra questão que é evidenciada pela análise das fontes documentais da comunidade de informações paranaenses, a existência de relativa liberdade de manifestação reconhecida pelos agentes da repressão. Utiliza-se como exemplo o caso dos estudantes da Comissão Estadual Pró-Congelamento que se manifestaram em frente ao Palácio do Iguazu, no dia 13 de dezembro de 1979, exigindo serem recebidos pelo então governador Ney Braga.

O movimento tinha como reivindicação “o imediato congelamento das anuidades escolares e definição sobre o problema do ensino pago” (*Serviço Nacional de Informações*, Movimento Estudantil contra o ensino pago – Curitiba, 20 de janeiro de 1980, ACT/ACE-363-80, lauda 02). Após a ocorrência de um tumulto em frente ao Palácio do Iguazu o governador aceitou receber os manifestantes, contudo, julgando não haver possibilidade de diálogo, em decorrência da exaltação dos estudantes, o governador se retirou bruscamente.

Como resultado, os membros da Comissão se juntaram com outros grupos para a realização de uma passeata naquela mesma tarde. Em reunião noturna na sede do DASCISA/UFPR, definiu-se como agenda para o movimento: a paralisação das aulas no início do semestre letivo de 1980; mobilização para conscientização da classe estudantil; e lançamento do jornal estadual Pró-UPE (União Paranaense dos Estudantes). Segundo o agente de informações responsável pelo relatório:

Esse movimento retrata o descontentamento dos estudantes pelo não atendimento às suas causas, tornando difícil um diálogo com o Governo. Tal fato reflete negativamente criando condições para a intensificação do Movimento Estudantil no Paraná no início do ano letivo de 1980. Para tanto, os estudantes estão procurando apoio e tentando conscientizar a classe estudantil para o problema (*Serviço Nacional de Informações*, Movimento Estudantil contra o ensino pago – Curitiba, 20 de janeiro de 1980, ACT/ACE-363-80, laudas 03-04).

A interpretação do agente de informações reconhece a validade da manifestação estudantil, desde que limitada às temáticas cabíveis a representação dos interesses particulares da questão universitária, estando em conformidade com o previsto pelo Decreto-Lei nº 477,¹⁰ de 26 de fevereiro de 1969.

¹⁰ Entre outras questões, previa proibições e punições para docentes, discentes e profissionais de instituições de ensino, vetando a atuação desses indivíduos em ações prejudiciais à ordem social, tais como: fomentar ou participar de movimentos de paralisação das atividades educacionais; organização ou participação de mobilizações potencialmente subversivas; e confecção ou distribuição de material potencialmente subversivo.

Esta perspectiva de restrição do âmbito de atuação Universitária é concomitante com o processo de encastelamento da intelectualidade pública (JACOBY, 1990), que pode ser entendido como precursor do projeto de consolidação dos Estados de ideologia única (MÉSZÁROS, 2014).¹¹ Determinada percepção, conduzida principalmente pelos Estados Unidos da América, tinha como objetivo a consolidação, e imposição, da hegemonia das potências capitalistas sobre o Terceiro Mundo – estando diretamente ligada ao embate da Guerra Fria (1947-1991).

Ademais, o agente responsável avaliou os possíveis efeitos nocivos que a incapacidade do estabelecimento de diálogo, entre o então governador Ney Braga e os estudantes, poderia causar na conjuntura paranaense de abertura política – tendo em vista que a recusa de diálogo poderia fomentar a articulação política do ME com outros setores da sociedade civil brasileira, unificando pautas de lutas. Disto, implica, reconhecer a percepção de determinados agentes da comunidade de informações em favorecer, durante processo de abertura política, as pautas do ME que possibilitariam seu distanciamento das demais entidades político-sociais.¹²

A mencionada perspectiva implicava, também, na perseguição de grupos do ME que divergissem destas diretrizes. Conforme indicado na investigação das eleições para representação Estudantil (PR), gestão 1981/82. Nas eleições para o DCE/FUEL a única chapa a concorrer representava o grupo “Viração” (identificado como vinculado ao PCdoB) – a chapa “Viração” também foi vitoriosa nas eleições para direção da UPE e DCE/UFPR. No Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON), a chapa “Perspectiva” foi eleita para representar o “Diretório Acadêmico Três de Agosto” (DATA), e seu laudo ideológico identificou ligações com a LIBELU (Liberdade e Luta),¹³ com a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e com a Convergência Socialista (CS).

Desta forma, o agente de informações problematiza que:

As publicações estudantis da área têm se caracterizado pela exploração de temas geralmente alheios aos problemas e anseios da classe e quase sempre voltados à críticas ao governo e autoridades constituídas.

¹¹ Determinadas proposições compactuaram com o distanciamento entre a Universidade e a comunidade externa, gerando crises de representação dos interesses populares no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e coibindo a difusão social do conhecimento científico produzido – que se torna monopólio dos especialistas.

¹² Neste ponto é necessário levar em consideração alguns apontamentos sobre Ney Braga que, apesar de ter sido eleito de forma indireta ao cargo de governador (1979-1982) pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), destacou-se em sua carreira militar por opor-se a medidas extremas da ditadura militar, à exemplo do AI-5 – este fenômeno pode ser indicado como condicionante da crítica exposta.

¹³ Conforme apresentam Medeiros e Castanho (2014), enquanto a tendência Viração defendia a atuação da UNE em uma articulação de pautas amplas, em prol da democratização, a tendência LIBELU propunha a utilização da UNE como arma de combate ao regime ditatorial, convocando uma articulação entre estudantes, operários e camponeses.

Na análise dos dados expostos denota-se que as organizações subversivas vêm conseguido, paulatinamente, considerável infiltração nos movimentos estudantis universitário e secundário desta área, notadamente através do apoio dado às tendências estudantis (LIBELU, VIRACÃO, etc...) por intermédio das quais procuram obter os postos chaves das entidades representativas da classe (*Serviço Nacional de Informações, Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista*, 24 de agosto de 1981, ACT/ACE-1321-81, lauda 05).

A avaliação realizada pelo agente de informações expressa elementos essenciais da ideologia militarista e anticomunista que se materializou na forma da doutrina de segurança nacional da ESG – da qual as contribuições de Golbery do Couto e Silva (2003) são tidas por estudiosos da temática (MIGUEL, 2002; NEVES JR, 2019) como protagonistas, sendo, portanto, apropriadas como fundamentos interpretativos na análise dos elementos político-ideológicos dos agentes de informação.

A percepção de um ativo processo de infiltração subversiva nos distintos níveis institucionais da sociedade ocidental (que ocorria pela inserção de representantes do comunismo internacional em postos chaves de organizações públicas e privadas), permeou as formulações ideológicas fundamentais dos movimentos anticomunistas que se mobilizaram internacionalmente em meio ao contexto de Guerra Fria – sendo que, no caso brasileiro, os militares exprimiam preocupação com os “baixos níveis de intelectualidade” da população, tornando-a facilmente suscetível as “ardilosas” manipulações dos sujeitos subversivos (FERNANDES, 2016).

Estes elementos possibilitam a problematização da objetividade inerente à ideologia deste grupo de classe, que coordenou o processo político-econômico e desencadeou ações persecutórias contra grupos de proposição ideológica divergentes, durante duas décadas da história brasileira (1964-85). Assim, cabe identificar o modo como as formulações político-ideológicas expostas pelos agentes da comunidade de informações se relacionaram com a via de desenvolvimento econômico brasileira, indicando seus condicionamentos, limitações e implicações para a realidade concreta.

A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NA ATUAÇÃO DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

No que tange a temática do embate político-ideológico, o ano de 1968 foi um marco tanto para o ME curitibano quanto para as agências de informações paranaenses. As articulações tiveram início em maio, quando os estudantes da UFPR derrubaram a estátua do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que ocupava o cargo de Ministro da Educação e propunha privatizar o Ensino Superior (começando pela UFPR).

O caso estendeu-se até dezembro, quando os estudantes foram detidos no encontro da “Chácara do Alemão” (onde tentavam reorganizar a UNE), sendo que as agências de repressão paranaenses solicitaram pela primeira vez um *laudo pericial ideológico* do material recolhido (Relatório da Comissão Estadual da Verdade-PR, 2014).

O mencionado *laudo pericial ideológico* foi elaborado pelos docentes da própria UFPR, Lauro Fabrício de Melo Pinto (desembargador) e José Nicolau dos Santos (reitor do período), e fundamentou-se na análise dos documentos recolhidos no encontro dos estudantes, sendo que

Pela leitura atenta e reiterada dos textos dos dez (10) documentos apresentados a exame, chegaram os peritos à convicção de que tais documentos exteriorizam, com evidência, ideias dos sequazes das doutrinas marxistas, leninistas ou stalinistas. Os conceitos esposados pelo materialismo dialético, as expressões usadas pelos sectários dessas doutrinas, os seus conhecidos slogans, o objetivo de expor à desmoralização a autoridade constituída nos estados democráticos, a reiterada técnica de criar e estimular ódio entre classes sociais sob o pretexto de defender o País contra o colonialismo e o imperialismo, tudo isso está claramente expresso e afirmado nos papéis em exame (Relatório da Comissão Estadual da Verdade-PR, 2014, p. 261 – grifos nossos).

Note-se, pois, que a percepção interpretativa expressa no *laudo pericial ideológico* compactua com as diretrizes filosófico-ideológicas da doutrina golberyana de segurança nacional. Golbery do Couto e Silva (2003) reconhece a *subversão* como um dos elementos inerentes à vida em sociedade, indicando, contudo, o *antagonismo de classes* como produto ideológico que visa ruir com os princípios basilares da sociedade ocidental (democracia, cristianismo e desenvolvimento econômico) – as ideias subversivas, segundo o ideólogo militar, são difundidas na sociedade por indivíduos egoístas, que visam se projetar no âmbito político.

Determinado prisma ideológico, de análise da conjuntura político-social, disponibilizava aos agentes militares (e aos seus apoiadores da sociedade civil) a possibilidade de desenvolver e fundamentar sua lógica persecutória, a partir da suposta necessidade de combate das iminentes ameaças colocadas aos princípios basilares da sociedade ocidental.

Assim, qualquer formação político-ideológica divergente dos objetivos político-econômicos da doutrina de segurança nacional, poderia ser encaixada no escopo da subversão, implicando em punição aos grupos ou sujeitos que partilhavam da determinada proposição político-ideológica.¹⁴

¹⁴ Entre as punições estiveram presentes: prisões arbitrárias; exílio político; instauração de Inquéritos da Polícia Militar; suspensão de direitos civis; tortura; assassinato clandestino; entre outros (Comissão Estadual da Verdade-PR, 2014).

Neste sentido, torna-se relevante problematizar a preocupação, exposta nos laudos, a respeito das mobilizações de combate ao colonialismo e ao imperialismo, ao passo em que a mesma questão permeou a lógica de interpretação dos agentes de informações paranaenses. Utiliza-se como exemplo o caso investigado de um evento promovido pelo DCE/FUEL em vínculo com os estudantes secundaristas e com o diretor do Colégio Marista de Londrina, o irmão marista Teófilo Bacha Filho.¹⁵

Em ocasião da visita dos renomados artistas nacionais, de esquerda, José Celso Martinez Correa e Celso Luccas, entre os dias 27 de setembro e 01 de outubro de 1979, foi realizado no Salão Nobre do Colégio Marista a exposição do filme “25” com venda do livro “Estabelecer o Poder Popular para Servir as Massas”, do autor Samora Moisés Machel (presidente da Frente de Libertação de Moçambique) – ambos abordando o processo de independência de Moçambique.

O agente responsável pela investigação atentou para a tendência do espaço físico do Colégio vir sendo frequentado por elementos esquerdistas do período, ressaltou, também, exacerbada preocupação com os conteúdos expostos em ocasião do evento mencionado, em sua avaliação as proposições ideológicas exibidas possibilitariam um paralelo entre Brasil e Moçambique, no que tange à crítica do processo colonial e das relações imperialistas estabelecida entre os países capitalistas, o que possibilitaria o fomento de atividades subversivas de cunho revolucionário em meio aos frequentadores do evento (*Serviço Nacional de Informações*, ME – Exibição de documentário sobre a independência de Moçambique, 25 de outubro de 1979, ACT/ACE-280-79, 06 laudas).

Conforme apresenta Francisco (2003), a independência política de Moçambique consolidou um regime socialista no país (1975-1994), tendo sido desencadeada como resultado da relação extrema de exploração do trabalho colonizado, por parte da elite branca colonizadora, processo histórico que edificou uma sociedade com altos níveis de concentração de renda e poder político.

Os delineamentos do sistema político-econômico-social moçambicano, salvo a particularidade de sua via de desenvolvimento, expressam determinados aspectos concomitantes com o projeto brasileiro. Assim, indica-se que a *via prussiano-colonial* prevê um modelo de desenvolvimento duplamente subordinado, no qual a burguesia nacional, ao mesmo tempo que domina o proletariado interno, é submissa à burguesia e ao capital hegemônico.

Torna-se visível o reconhecimento da existência de uma relação histórica de subordinação do Brasil às grandes potências euro-americanas, tanto por parte do agente

¹⁵ Conforme apresenta Serbin (2001), o período pós AI-5 configurou um processo de vinculação entre os movimentos sociais e o clero da Teologia da Libertação, que passou a disponibilizar espaços da Igreja Católica para reuniões de grupos pró redemocratização.

responsável quanto pelos sujeitos investigados. Este fenômeno evidencia o modo como a ideologia de segurança nacional se construiu como forma de reprodução/manutenção do sentido de desenvolvimento que caracteriza o capitalismo brasileiro, valendo-se disto para fundamentar seu projeto político-econômico. O que leva à problematização do modelo político necessário para a reprodução da *via prussiano-colonial*.

Conforme aponta a investigação “a atuação dos nominados evidencia que estão procurando levar os estudantes secundários a discussão de temas que permitam críticas ao Governo e ao regime” (*Serviço Nacional de Informações*, Proselitismo comunista no meio estudantil secundarista, 20 de maio de 1980, ACT/ACE-475-80, lauda 04).

Note-se que, concomitante com outros casos apresentados anteriormente, existe uma exacerbada inquietação dos agentes de informação quanto à difusão ou incitação do desenvolvimento de um pensamento crítico em meio aos grupos sociais, especialmente quando voltado para questões que extrapolem os limites dos interesses estritamente particularistas das demandas imediatistas do grupo.

A via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro inviabiliza altos níveis de participação política dos grupos subalternos nacionais, ao passo em que as contínuas ampliações de conquistas dos trabalhadores, no âmbito legislativo, se constituem como potenciais ameaças para a delicada ordem social que viabiliza a dupla dominação, caracterizante da inserção do Brasil no complexo de complexos capitalista.

Por conta disto, o Estado brasileiro demanda o embasamento de um modelo autocrático burguês de dominação política, o qual, segundo Deo (2011), apresenta tendência ao revezamento entre a institucionalização parlamentar legal e a instrumentalização despótica-militar – sendo que a primeira prevê a execução da segunda, à exemplo do golpe militar de 1964.

Para ampliar a análise da problemática dos limites cabíveis à participação política popular, pelo prisma da ideologia de segurança nacional, utiliza-se o dossiê que investiga o processo eleitoral de 1979, para o DCE/UFPR. Neste, destaca-se a análise realizada pelo agente de informação a respeito do panfleto distribuído pela chapa “Viravolta”, nas semanas que antecederam a eleição.

O mencionado panfleto criticava tanto o modelo de gestão universitária e o projeto educacional, imposto pela ditadura militar brasileira, quanto à realidade política nacional do período. O posicionamento e pautas de luta da chapa, são elencados no relatório do SNI, sendo eles:

- Pelas liberdades democráticas;
- Pela liberdade de manifestação, expressão e organização;
- Pelo fim do aparato e da legislação repressiva;

- Pelo fim do controle ideológico;
- Pelo fim da censura;
- Por eleições livres e diretas;
- Por melhores condições de vida e trabalho;
- Pela preservação do meio ambiente e equilíbrio ecológico;
- Pela anistia ampla, geral e irrestrita;
- Por uma constituinte livre e soberana;
- Pelo fim do regime militar (*Serviço Nacional de Informações*, ME – Eleições para o DCE da UFPR, 15 de maio de 1979, ACT/ACE-111-79, lauda 05).

A partir da agenda político-social exposta, o relator do documento afirma que as palavras de ordem expostas pelo panfleto da chapa “Viravolta” são concomitantes com as tarefas estipuladas pelo “PCB para o movimento universitário, onde deve haver interação entre os DCEs, União Estadual dos Estudantes –UEE e a própria UNE, entidades maiores com entidades de base” (*Serviço Nacional de Informações*, ME – Eleições para o DCE da UFPR, 15 de maio de 1979, ACT/ACE-111-79, lauda 05).

É relevante atentar-se ao fato de que, neste caso, o agente de informações tece uma lógica de restrição da liberdade de associação extremamente rígida, ao passo em que considera à articulação de entidades representativas dos interesses de grupos de classe como elemento inerente, e exclusivo, de vertentes subversivas.

A concepção da ideologia de segurança nacional, que imperou na comunidade de informações paranaense durante o processo de abertura política (1975-1985), no que tange aos limites e amplitudes da participação política em nível democrático, foram extremamente rígidas e consideradas válidas somente quando referentes as questões imediatas e restritas aos interesses particulares de grupos locais – inviabilizando e criminalizando a articulação dos grupos de classe na classe em si.

Esta percepção pode ser considerada como produto do *padrão de reação societária* que decorre do modelo de desenvolvimento brasileiro, no qual “o próprio radicalismo burguês ‘esclarecido’ podia confundir-se com a ‘subversão’ e o ‘comunismo’; e as ‘pressões contra a ordem’ perdiam, em geral, qualquer ‘legitimidade’ moral, legal ou política” (FERNANDES, 2008, p. 384).

Desta forma, indica-se que as ações persecutórias desencadeadas pela comunidade de informações contra o Movimento Estudantil paranaense constituíram um projeto de desarticulação político-social tanto em relação aos demais grupos que se organizavam no período quanto em relação às demais entidades representativas do ME brasileiro. Este projeto visava a reprodução do modelo autocrático burguês

de gestão política nacional, que viabiliza a reprodução da *via prussiano-colonial* de desenvolvimento capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de seis documentos, intencionalmente selecionados, do arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações do Paraná (disponíveis para acesso no NDPH-UEL), buscou-se traçar os elementos que caracterizaram o embate político-ideológico estabelecido entre o Movimento Estudantil paranaense e os agentes da comunidade de informações, durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985).

As análises focaram-se na investigação da ideologia de segurança nacional dos agentes, e foram realizadas a partir da perspectiva teórico-metodológica marxista de vertente *lukácsiana*, reconhecendo, portanto, a ideologia como um produto das condições concretas que decorrem diretamente das relações de produção, e que visam, portanto, interferir diretamente no antagonismo de classes que caracteriza a vida social.

Demonstrou-se distinções pertinentes para a análise do ME nas cidades de Curitiba e Londrina, tendo como recorte representativo, respectivamente a UFPR e a FUEL. Enquanto a UFPR conviveu com um processo de recrudescimento interno, compactuado com os princípios da doutrina de segurança nacional, já nos primeiros meses que sucederam o golpe de 1964, a FUEL teve sua gênese marcada pela disponibilização de um espaço de refúgio para os intelectuais e movimentos de esquerda justamente no período de maior repressão da ditadura militar (1970-1974) – sofrendo um processo tardio de repressão e coerção interna.

Percebeu-se convergências entre as construções ideológicas expostas nos relatórios dos agentes de informações e as formulações filosófico-ideológicas da doutrina golberyana de segurança nacional, com destaque para a conceituação da *subversão* como elemento inexorável da vida social e do *antagonismo de classes* como produto ideológico de grupos e indivíduos egoístas que almejam projetar-se na política.

Foi identificada a preocupação da comunidade de informações paranaense a respeito das potencialidades que a difusão de críticas sobre a relação de subordinação/dependência do Brasil com grandes potências euro-americanas, tanto no que tange ao colonialismo quanto ao imperialismo. Elementos de crítica político econômica que, no caso brasileiro, possibilitariam a mobilização social de caráter subversivo e revolucionário.

Outro ponto relevante indicado pela análise reside na concepção de projeto político que é exposta pelos agentes paranaenses de informação, ao passo em que estes

reconheciam a legitimidade da mobilização estudantil desde que, e somente quando, estivessem voltadas para questões imediatas e restritas aos limites da localidade e das demandas exclusivas do ambiente universitário. Assim, os agentes buscaram denunciar internamente e fomentar a perseguição de qualquer tentativa de grupos estudantis em vincular-se com entidades externas à comunidade acadêmica, e até mesmo em relação aos demais níveis de representação estudantil.

Os dados encontrados evidenciam a forma como a *via prussiano-colonial* de desenvolvimento brasileiro condicionou, limitou e determinou a perspectiva ideológica dos agentes de informação do SNI-PR, evidenciando o projeto político autocrático burguês e o *padrão de reação societária* que são necessários para a reprodução deste modelo econômico.

Por fim, o trabalho reconhece os limites analíticos impostos à pesquisa apresentada e reforça a perspectiva de contribuir com resultados qualitativos que possibilitem o fomento de novas pesquisas relativas ao arquivo inédito do Serviço Nacional de Informações do Paraná e ao Movimento Estudantil Paranaense.

REFERÊNCIAS

BRAGGIO, Ana; FIUZZA, Alexandre. O Movimento Estudantil Paranaense e as Experiências do Exílio no Cone Sul. *Espaço Plural*, Cascavel, ano XIII nº 27, segundo semestre de 2012, p. 68-83.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1, Brasília, D.F. 26 fev. 1969, p. 1706. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 20/04/2018 as 13h02min).

BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade. vl 1*. Brasília: CNV, 2014. Disponível no endereço eletrônico:

http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf (acessado em 11/12/2016 as 11h09min).

DEO, Anderson. *A Consolidação da Social Democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Marília: Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), 2011. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

FERNANDES, Pádua. Movimentos sociais e segurança nacional: notas sobre contestação e vigilância durante a ditadura militar no Brasil. *Panóptica*, vl. 11, n. 2, pp. 502-533, jul./dez. 2016.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FRANCISCO, António A. S. Reestruturação econômica e desenvolvimento. In: SANTOS, Boaventura de S; TRINDADE, João C. (orgs). *Conflito e Transformação Social: uma paisagens das justicas em Moçambique*. 1º vl. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1990.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAZZEO, Antonio C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo/Marília: Boitempo, 1999.

MEDEIROS, Ruy H. de A; CASTANHO, Sérgio. Trajetória do Movimento Estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 55, mar. 2014, p. 180-194.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MIGUEL, Luis F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Århus, n. 5, 2002, pp. 40-56.

MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, Vitória, n. 32, 2014, p. 128-147.

NEVES JR, José W. A. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-1964: a ideologia de Golbery do Couto e Silva. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16 n. 2, p. 46-66, jul.-dez. de 2019.

PARANÁ. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*. 2014. Disponível no endereço eletrônico:

<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/> (acessado em 15/01/2017 as 14h53min).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*, Grupos e tendências ideológicas do Movimento Estudantil, 05 de dezembro de 1978, ACT/ACE-003-78, 59 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*, Ligações do CBA/Curitiba com estudantes e Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, 08 de maio de 1979, ACT/ACE-102-79, 05 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*, ME – Eleições para o DCE da UFPR, 15 de maio de 1979, ACT/ACE-111-79, 07 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*, ME – Exibição de documentário sobre a independência de Moçambique, 25 de outubro de 1979, ACT/ACE-280-79, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*, Movimento Estudantil contra o ensino pago – Curitiba, 20 de janeiro de 1980, ACT/ACE-363-80, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*, Proselitismo comunista no meio estudantil secundarista, 20 de maio de 1980, ACT/ACE-475-80, 05 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. *Serviço Nacional de Informações*. Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista, 24 de agosto de 1981, ACT/ACE-1321-81, 06 laudas (NDPH-UEL).

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio revista online*. Belo Horizonte. n. 12, ano VI, outubro de 2010, p. 40-64.